

Segunda-feira, 9 de Junho de 2014

II Série
Número 32



BOLETIM OFICIAL



ÍNDICE	
PARTE B	PROVEDORIA DA JUSTIÇA:
	<i>Gabinete do Provedor:</i>
PARTE C	Extracto despacho nº 560/2014:
	Nomeando, Ineida Albertina Lopes Corsino, para, exercer em comissão de serviço, o cargo de secretária do Provedor de Justiça. 883
PARTE C	CHEFIA DO GOVERNO:
	<i>Gabinete do Primeiro-Ministro:</i>
PARTE C	Despacho nº 13/2014:
	Dando, por finda, no cargo de Director Clínico, vogal executivo do Conselho de Administração do Hospital "Dr. Baptista de Souza", Tito Lívio Ramos Rodrigues. 884
PARTE C	Direcção-Geral da Administração Pública:
	Extracto despacho nº 561/2014:
PARTE C	Desligados de serviço para efeitos de aposentação, Antero Madeira Galina Barbosa, ex-Director de Obras do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Engenharia Rural e Florestas. 884
	Extracto despacho nº 562/2014:
PARTE C	Desligados de serviço para efeitos de aposentação, Carlos António Fernandes, 1º subchefe da Polícia Nacional, do quadro de pessoal do Ministério da Administração Interna. 884
	Extracto despacho nº 563/2014:
PARTE C	Desligados de serviço para efeitos de aposentação, José Gilberto da Silva Rosa, subcomissário, do quadro de pessoal do Ministério de Administração Interna. 884
	Extracto despacho nº 564/2014:
PARTE C	Desligados de serviço para efeitos de aposentação, Maria Hondina Mendes Furtado, professora primária do quadro de pessoal do Ministério da Educação e Desportos. 884

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES:

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:

Extracto de despacho nº 585/2014:

Prorrogando a data da apresentação de António Jesus Lima, transferido, da Embaixada de Cabo Verde na República Francesa para os Serviços Centrais do Ministério. 888

Extracto de despacho nº 586/2014:

Transferindo, Isa Maria Vera Cruz Morais Rodrigues dos Serviços Centrais do Ministério das Relações Exteriores para a Embaixada de Cabo Verde na República Francesa. 888

MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA E INOVAÇÃO:

Gabinete do Ministro:

Despacho nº 13/2014:

Acreditação e registo do ciclo de estudos de Licenciatura em Contabilidade - Ramo Finanças Empresariais para funcionar no ISCEE. 888

Despacho nº 14/2014:

Acreditação e registo do ciclo de estudos de Licenciatura em Contabilidade - Ramo Auditoria para funcionar no ISCEE. 890

Despacho nº 15/2014:

Acreditação e registo do ciclo de estudos de Licenciatura em Gestão e Planeamento em Turismo para funcionar no ISCEE. 891

Despacho nº 16/2014:

Acreditação e registo do ciclo de estudos de Licenciatura em Gestão para funcionar no ISCEE. 893

AGÊNCIA NACIONAL DAS COMUNICAÇÕES:

Conselho de Administração:

Deliberação nº 05/CA/2014:

Aprova o regulamento de procedimentos de cobrança e entrega aos municípios da Taxa Municipal de Direito de Passagem – TMDP. 895

Deliberação nº 06/CA/2014:

Aprova as alterações do Regulamento de Registo de Domínio sob .cv. 896

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ:

Câmara Municipal:

Rectificação nº 47/2014:

Contratando em regime de avença Alexandrino Gomes Mendes Tavares técnico superior. 903

PARTE E

PARTE G

PARTE B

PROVEDORIA DA JUSTIÇA

Gabinete do Provedor

Extracto de despacho nº 560/2014 – De S. Ex^a o Provedor da Justiça:

De 20 de Maio de 2014:

Ineida Albertina Lopes Corsino licenciada em direito pela Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, nomeada para, ao abrigo

do nº 1 dos artigos 24º e 27º e 31º do Decreto-Lei nº 10/2014, de 21 de Fevereiro exercer em comissão de serviço, o cargo de secretária do Provedor de Justiça.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no código 02, 06, 03, 06 do Orçamento Privativo da Assembleia Nacional para a instalação do Provedor de Justiça. – (Dispensado do visto do Tribunal de Contas).

O despacho produz efeitos a partir de 1 de Junho de 2014.

Gabinete do Provedor de Justiça, na Praia, aos 20 de Maio de 2014.
– O Provedor de Justiça, *António do Espírito Santo Fonseca*.

AGÊNCIA NACIONAL DAS COMUNICAÇÕES

Conselho de Administração

DELIBERAÇÃO Nº 05/CA/2014

de 16 de Abril

O Decreto-Legislativo n.º 7/2005, de 28 de Novembro, que estabelece o regime jurídico geral aplicável às redes e serviços de comunicações electrónicas e aos recursos e serviços conexos e define as competências da autoridade reguladora neste domínio, estatui no seu artigo 103º, n.º 2, que os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal podem dar origem ao estabelecimento de uma Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP).

De acordo com a mesma disposição legal, a TMDP é determinada com base na aplicação de um percentual sobre cada factura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município. E esse percentual é aprovado anualmente por cada município até ao fim do mês de Dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência, não podendo ultrapassar os 0,25%.

Com base no princípio da transparência tarifária, nos municípios em que seja cobrada a TMDP, as empresas estão obrigadas a incluir nas facturas dos clientes finais, e de forma expressa, o valor da taxa a pagar, conforme estipula o n.º 3 do artigo 103º do Decreto-Legislativo n.º 7/2005.

Ainda nos termos do referido Decreto-Legislativo, compete à Agência Nacional das Comunicações (doravante ANAC), ao abrigo do artigo 121.º, n.º 2, publicar um regulamento no qual deve definir os procedimentos a adoptar pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público em local fixo, de cobrança e entrega mensais, aos municípios, das receitas provenientes da aplicação da TMDP.

Neste contexto, com o intuito de definir tais procedimentos, a ANAC elaborou o presente regulamento e que agora se aprova.

Assim, considerando:

- (i) As competências regulamentares da ANAC disposto na alínea a) do artigo 17º dos Estatutos da Agência Nacional de Comunicações - ANAC, aprovados pelo Decreto-Lei nº 31/2006, de 19 de Junho, que aprova os Estatutos da ANAC;
- (ii) A competência da ANAC, na qualidade de Autoridade Reguladora Nacional das Comunicações, de publicar um regulamento no qual deve definir os procedimentos de cobrança e entrega mensais, aos municípios, das receitas provenientes da aplicação da TMDP, conforme o estipulado no n.º 2 do artigo 121º do Decreto-Legislativo n.º 7/2005, de 28 de Novembro;
- (iii) Os procedimentos regulatórios previstos no artigo 22º do Decreto-Lei 31/2006;
- (iv) O procedimento geral de consulta pública prevista no artigo 7º do Decreto-Legislativo n.º 7/2005;
- (v) O procedimento geral da consulta pública da ANAC prevista na Deliberação nº 1/2006, de 27 de Novembro;
- (vi) A reacção do Ministério do Turismo e Indústria e Energia, ao documento da consulta pública;
- (vii) A reacção da operadora CVTelecom, S.A., ao documento da consulta pública;

(viii) A reacção da Câmara Municipal de Santa Catarina, Ilha do Fogo, ao documento da consulta pública;

(ix) O Relatório da consulta pública publicado no dia 25 de Fevereiro de 2014.

(x) O período de *vacatio legis* requerido pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para efeito de adaptação dos procedimentos necessários à cobrança e entrega da TMDP em particular, a alteração dos sistemas informáticos de facturação dos serviços.

O Conselho da Administração da ANAC reunido na sua reunião ordinária, de 16 de Abril de 2014, delibera o seguinte:

Artigo 1º

Aprovação

É aprovado o Regulamento de Procedimentos de Cobrança e Entrega aos Municípios da Taxa Municipal de Direito de Passagem, que segue em anexo e faz integrante da presente Deliberação.

Artigo 2º

Entrada em vigor

A presente Deliberação e o seu anexo entram em vigor em 01 de Janeiro de 2015.

Agência Nacional das Comunicações, na Praia, aos 23 de Maio de 2014. – O Conselho de Administração, *David Gomes* – Presidente, *Carlos Lopes Silva* – Administrador, *Valdimiro Segredo* – Administrador

REGULAMENTO DE PROCEDIMENTO DE COBRANÇA E ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP)

Artigo 1.º

Objecto

O presente regulamento define os procedimentos de cobrança e entrega mensais aos municípios da taxa municipal de direitos de passagem (doravante TMDP), criada pelo Decreto-Legislativo n.º 7/2005, de 28 de Novembro, que estabelece o regime jurídico geral aplicável às redes e serviços de comunicações electrónicas e aos recursos e serviços conexos que define as competências da autoridade reguladora nacional neste domínio.

Artigo 2.º

Definições

Para efeitos do disposto no presente regulamento, entende-se por:

- a) «Clientes Finais» – os clientes que não oferecem redes de comunicações públicas ou serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público e tenham instalações do serviço nesse município;
- b) «Rede de comunicações electrónica» - os sistemas de transmissão e, se for o caso, os equipamentos de comutação ou encaminhamento e os demais recursos que permitem o envio de sinais por cabo, meios radioeléctricos, meios ópticos, ou por outros meios electromagnéticos, incluindo as redes de satélites, as redes terrestres fixas (com comutação de circuitos ou de pacotes, incluindo a Internet) e móveis, os sistemas de cabos de electricidade, na medida em que sejam utilizados para a transmissão de sinais, as redes utilizadas para a radiodifusão sonora e televisiva e as redes de televisão por cabo, independentemente do tipo de informação transmitida;
- c) «Serviço de comunicações electrónicas» - o serviço oferecido em geral mediante remuneração, que consiste total ou principalmente no envio de sinais através de redes de comunicações electrónicas, incluindo os serviços de telecomunicações e os serviços de transmissão em redes

utilizadas para a radiodifusão, sem prejuízo da exclusão referida na alínea b) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Legislativo n.º 7/2005;

- d) «Serviços grossistas» – os serviços de comunicações electrónicas fornecidos a outras empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas, para efeitos das suas ofertas aos clientes finais;

Artigo 3.º

Facturação aos clientes finais

1. A percentagem relativa à TMDP, aprovada anualmente nos termos do Decreto-Legislativo n.º 7/2005, pelos municípios nos quais seja cobrada a referida taxa, é aplicada sobre o valor de cada factura emitida, sem IVA, pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município.

2. Para os efeitos do número anterior, não devem ser considerados os valores de serviços que embora constem das facturas não constituam, nos termos da lei, serviços de comunicações electrónicas, tais como venda ou aluguer de equipamentos, consultoria, assistência técnica, configuração de equipamentos terminais, construção de sites ou páginas web, inscrição em listas telefónicas ou serviços de áudio-texto.

3. O serviço de postos públicos e os cartões virtuais de chamadas não estão sujeitos a TMDP.

4. Os serviços grossistas não estão abrangidos pelo presente regulamento.

Artigo 4.º

Sistema de informação das empresas

1. A base de dados de facturação das empresas sujeitas a cobrança e entrega da TMDP deve permitir, através de sistema de informação apropriado, produzir a informação necessária, por município, de modo a possibilitar o apuramento do valor de base de incidência, das respectivas percentagens e do cálculo do montante das taxas de forma transparente e auditável.

2. Para os efeitos do número anterior, deve ser considerada a morada do local de instalação do cliente final, nos termos do n.º 1 do artigo 3.º, e não a morada de facturação ou a morada de cobrança, no caso dos clientes de factura única (grandes clientes) ou de cobrança centralizada.

3. Quando não seja possível atribuir um montante de facturação aos diversos locais de instalação dos clientes finais, designadamente no caso dos circuitos alugados, pode ser considerada a morada de facturação ou de cobrança.

4. O previsto no n.º 1 do presente artigo não dispensa a inclusão na factura, de forma expressa, do valor da taxa a pagar, conforme dispõe o n.º 3 do artigo 103.º do Decreto-Legislativo n.º 7/2005.

5. Os municípios devem disponibilizar às empresas sujeitas a cobrança e entrega da TMDP uma tabela de conversão entre números de código postal e áreas do respectivo município, bem como garantir a sua permanente actualização, por forma a assegurar a aplicação do disposto nos números anteriores.

Artigo 5.º

Entrega da TMDP aos municípios

1. As empresas sujeitas a cobrança e entrega da TMDP devem efectuar, com base no apuramento dos valores cobrados e até ao final do mês seguinte ao da cobrança, o pagamento da TMDP aos municípios.

2. O pagamento das TMDP aos municípios é feito através de cheque ou de transferência bancária.

3. Os municípios, após receberem o pagamento referido no número anterior, devem emitir o respectivo recibo de quitação e enviá-lo às empresas.

4. As regularizações financeiras favoráveis ou desfavoráveis aos municípios decorrentes de acertos e que, de uma forma geral, dêem lugar à emissão de notas de débito e notas de crédito podem ser adicionadas ou deduzidas, conforme o caso, na entrega prevista nos termos do n.º 1 no mês seguinte ao do apuramento de tais situações.

Artigo 6.º

Auditorias

1. As empresas sujeitas a cobrança e entrega da TMDP devem promover auditorias de dois em dois anos, a fim de comprovarem a conformidade dos procedimentos adoptados face ao Decreto-Legislativo n.º 7/2005, e ao presente regulamento e que assegurem a legitimação das informações

2. As Auditorias devem ser realizadas por entidades independentes, contratadas pelas empresas que estão sujeitas a cobrança e entrega da TMDP.

3. Os resultados das auditorias devem ser disponibilizados pelas empresas aos municípios que o solicitem e à ANAC, num prazo máximo de 30 (trinta) dias após a conclusão da auditoria.

4. Todas as empresas sujeitas a cobrança e entrega da TMDP devem comunicar à ANAC a data a partir da qual se verifica tal sujeição e por referência aos municípios abrangidos.

Artigo 7.º

Normas transitórias

1. Para os efeitos da aplicação do presente regulamento, as empresas de comunicações electrónicas devem fornecer aos municípios informação adequada, quanto à implantação, à passagem e ao atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos em domínios públicos ou privados municipais, de modo a constituir o suporte de informação necessário, no momento da aplicação inicial da TMDP.

2. A consideração da morada do local de instalação do cliente final, nos termos do n.º 2 do artigo 4.º, deve ser implementada obrigatoriamente até o dia 31 de Dezembro de 2014.

3. As empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, devem iniciar a cobrança e entrega da TMDP aos municípios, a partir do dia 1 de Janeiro de 2015.

O Conselho de Administração da Agência Nacional das Comunicações, David Gomes – Presidente, Carlos Lopes Silva – Administrador, Valdmiro Segredo – Administrador

DELIBERAÇÃO Nº 06/CA/2014

de 22 de Maio

Nos últimos anos, o Governo tem apostado fortemente nas políticas e programas para modernização tecnológica, tendo aprovado o Decreto-Lei n.º 14/2014, de 25 de Fevereiro, que altera o Decreto-Lei n.º 49/2009, de 02 de Novembro, e estabelece as novas normas gerais sobre o registo de domínio .cv. Tais regras visam a liberalização do domínio .cv, de acordo com as melhores práticas internacionais, designadamente as suportadas pelo ICANN – Internet Corporation for Assigned Names and Numbers, e WIPO – World Intellectual Property Organization.

A liberalização do registo de nomes de domínios, vem permitir aos utilizadores registarem qualquer domínio, desde que não correspondam a palavras ou expressões contrárias à lei, à ordem pública ou bons costumes, a qualquer domínio de topo da Internet, existente ou em vias de criação, a nomes que induzam em erro ou confusão sobre a sua titularidade, nomeadamente por coincidirem com marcas notórias ou de prestígio pertencentes a outrem, ou a quaisquer protocolos, aplicações ou terminologias da Internet, sendo estes entendidos como os que são definidos pelo IETF – The Internet Engineering Task Force, promovam comportamentos abusivos (violência, racismo, obscenidades, etc.).

Uma das principais inovações das novas normas gerais de registo de domínio .cv, traduz-se na possibilidade de permitir que qualquer pessoa, empresa nacional ou estrangeira possa ter um domínio .cv tornando assim mais célere o referido registo de domínio.

Realça-se que, com a aprovação das novas regras, os potenciais conflitos que possam originar em torno dos nomes de domínios passam a ser decididos depois de o domínio ter sido atribuído, por um centro especializado em questões de arbitragem, que proporciona garantias processuais as partes envolvidas, a ser criado por Portaria do Ministério da Justiça.